



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

TERRA DO CONFLITO, TERRA DA LUTA: A FORMAÇÃO DO TERRITÓRIO CAMPONÊS NO ASSENTAMENTO AMARALINA/BA.

Aline Farias Fialho
(UESB)

RESUMO

O presente trabalho teve como principal objetivo analisar como o conflito por terra, realizado pelos sujeitos do Assentamento Amaralina localizado no município de Vitória da Conquista/BA, é de suma importância para o entendimento da construção de um território camponês. A trajetória de conflitos pela terra e pelo trabalho reconfigura a Região Sudoeste da Bahia como um espaço que materializa as contradições presentes no modo de produção capitalista. Dessa forma, buscou-se investigar no Assentamento Amaralina o processo de formação daquele território por meio da leitura dos conflitos. A realidade apresentada no assentamento em estudo permite-nos afirmar que tal assentamento é resultado concreto da luta de classes presente na região.

PALAVRAS-CHAVE: Camponês. Território camponês. Conflito.

INTRODUÇÃO

Os conflitos por terra e trabalho no Brasil apresentam a questão de classe como fator imprescindível para a compreensão da reprodução camponesa na contemporaneidade. O município de Vitória da Conquista/BA materializa tais questões, especialmente em relação a reprodução social camponesa. Os assentamentos presentes na região testificam que o embate capital *versus* trabalho nesses territórios é uma característica marcante.

· Professora Especialista do Departamento de Geografia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) e da Escola Adventista de Vitória da Conquista (EAVC), vinculada ao grupo de pesquisa: Trabalho, mobilidade do trabalho e relação campo-cidade. E-mail: alineffialho@yahoo.com.br.



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

O Assentamento Amaralina foi o primeiro projeto de assentamento da região. O território que por meio da luta consolida a reprodução camponesa também é caracterizado por uma trajetória de intensos conflitos.

Dessa forma, este trabalho tem como principal objetivo analisar como o conflito por terra apresentado pelos camponeses do Assentamento Amaralina/BA se configura como estratégia para sua sobrevivência e construção do território livre para o trabalho.

O presente trabalho constitui parte da monografia intitulada “Reprodução camponesa e mobilidade do trabalho: a questão da permanência no Assentamento Amaralina de Vitória da Conquista/BA”. No intuito de alcançar o objetivo proposto, e com base nos aportes teóricos presentes neste trabalho, realizou-se como metodologia para pesquisa empírica a aplicação de entrevistas e formulários com 43 famílias assentadas no Amaralina. Também foram realizadas entrevistas com a coordenação do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST) e da Associação de Famílias Assentadas do P/Amaralina (AFAPA) de Vitória da Conquista/BA com a finalidade de buscar informações a respeito da trajetória de luta realizada no espaço em questão.

A monocultura cafeeira e os conflitos por terra e trabalho na Região Sudoeste da Bahia: a gênese da formação do território camponês.

As questões que concernem o território camponês do Assentamento Amaralina concretizam os conflitos presentes na Região Sudoeste da Bahia. Compreende-se que o período de incremento da cultura do café, iniciado a partir da década de 1970, é ímpar na história da luta de classes da região, das quais ressaltam-se os conflitos por terra e trabalho (SOUZA, 2008).

Com o desenvolvimento da expansão da monocultura cafeeira, a estrutura fundiária do município de Vitória da Conquista apresenta paulatinamente um processo de reconfiguração (VASCONCELOS, 2007). O espaço agrário do mesmo era basicamente composto e dominado pela pecuária. Dessa forma, “o monopólio



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

da terra, a disparidade entre os homens disponíveis ao trabalho e a inexistência de um mercado de trabalho” (MEDEIROS, 2012, p. 2), são características que marcam as relações concernentes ao campo do município durante décadas.

Com o discurso do “desenvolvimento” e a decorrente adoção de estratégias que viabilizassem a recriação de condições de expansão do modo de produção capitalista no espaço referido, tem-se concretamente uma modificação das relações descritas. O Plano de Renovação e Revigoração de Cafezais (PRRC)⁶⁸, acionado em 1971, foi o meio pelo qual foi viabilizada a acumulação do capital na região (VASCONCELOS, 2007).

O incentivo do Estado voltado para o estabelecimento da produção de café tem como principal objetivo solidificar a inserção do Sudoeste da Bahia no perímetro selecionado pelo Instituto Brasileiro do Café (IBC), que defini as áreas que são próprias para a cafeicultura (SOUZA, 2008). A necessidade de novas áreas para o cultivo dessa monocultura foi sanada por meio da apropriação de terras onde se reproduziam “centenas de famílias camponesas” (SOUZA, 2008, p. 394). Nesse contexto, essas terras adentram em uma crescente dinâmica de valorização/titulação, culminando na expropriação de um grande número de camponeses e trabalhadores rurais.

O conflito entre classes é acentuado durante esse período. A luta pela sobrevivência dessas famílias passa a ser cada vez condicionada a precarização, uma vez que tais sujeitos perdem a possibilidade de se reproduzir socialmente com base na unidade produtiva familiar.

Expropriados, desempregados e pauperizados, camponeses e trabalhadores realizam formas de mobilidade do trabalho tanto em direção ao campo quanto para a cidade. Esse processo pode ser evidenciado “no crescimento urbano desordenado de Vitória da Conquista, quando diversos loteamentos são abertos, sem a menor infraestrutura” (SOUZA, 2008, p. 421).

⁶⁸ O Plano de Renovação e Revigoração de Cafezais (PRRC) pode ser entendido como uma medida de cunho estatal que visava à descentralização da produção de café e sua expansão pela região do Nordeste (VASCONCELOS, 2007, p. 95).



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

De fato, a questão da inserção do município de Vitória da Conquista no circuito do café manifesta as contradições referentes ao modo capitalista de produção. O dito processo de “desenvolvimento”, difundido pelas classes hegemônicas não só na região, mas em todo o país, reproduz de maneira contraditória o subdesenvolvimento (OLIVEIRA, 2003), expresso, nesse caso específico, pela contradição entre a riqueza produzida pelas lavouras cafeeiras e a precarização da vida de camponeses expropriados e do proletariado rural.

Muitos desses sujeitos vêm, portanto, na luta pela terra e pelo trabalho, uma saída para sua condição de precariedade. A consolidação de frentes de luta na região se evidencia de maneira mais efetiva em meados da década de 1980.

Em relação à luta pelo trabalho, destaca-se o movimento grevista intitulado “Greve dos Catadores de Café”. Essa greve foi deflagrada no dia 11 de maio de 1979, e foi uma importante frente de luta contra a precariedade do labor dos trabalhadores das lavouras de café de Vitória da Conquista e Barra do Choça. (MEDEIROS, 2012).

A luta pela terra no Sudoeste da Bahia iniciou-se de forma mais intensa também na década de 1980, tendo como primeiro processo efetivo a ocupação das terras que constituíam a Fazenda Santa Marta. Nesse território, camponeses e trabalhadores lutaram pela conquista de uma terra para trabalho e melhores condições de vida.

O processo de ocupação da Fazenda Santa Marta e a conquista do Assentamento Amaralina como território camponês.

Considera-se que as condições objetivas de sobrevivência de diversos camponeses expropriados e trabalhadores no campo e na cidade haviam sido agravadas pelas mudanças ocorridas no espaço agrário da região. A dificuldade da reprodução da vida com base no trabalho na terra e as diversas formas de exploração que esses sujeitos passaram a ser submetidos foram fundamentais para a realização de frentes de luta.



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

O Assentamento Amaralina pode ser considerado como a primeira conquista de um território camponês por meio da luta pela terra na região. Nesse sentido, entende-se que a definição do que é território campesino perpassa pela compreensão deste como produto concreto do conflito de classes.

A definição de território pautada nas contradições da luta de classes é abordada por Oliveira (2002). Para esse autor, no modo de produção capitalista, os conflitos entre proprietários fundiários e/ou capitalistas *versus* camponeses e trabalhadores geram novas territorialidades que são concretizadas espacialmente. Assim, o território é concebido “como totalidade concreta do processo/modo de produção/distribuição/circulação/consumo”, onde as “articulações e mediações supraestruturais” desempenhadas pelo Estado assumem função de regulação. O território é, portanto, “produto concreto da luta de classes travada pela sociedade no processo de produção de sua existência” (OLIVEIRA, 2002, p. 74).

Compreende-se que as categorias utilizadas pelo autor evidenciam que o território é concebido por meio das contradições do processo de acumulação do capital. Os diferentes interesses de classes geram a espacialidade produzida socialmente, que é apropriada de maneira desigual.

Roos e Fabrini (2012) também apresentam uma compreensão de território baseada na leitura das contradições do modo de produção capitalista. Segundo esses autores, o território é produto social, gerado por meio das “conflitualidades entre classes sociais” (p. 39). Para os mesmos o território é, desse modo, resultante de relações de interesses divergentes e em constante disputa.

Entende-se o território sob tais perspectivas de análise. Os conflitos de classes que estão materializados no Assentamento Amaralina, foram gerados na luta que camponeses e trabalhadores empreenderam contra a lógica de expansão do capital expressa no desenvolvimento da cultura cafeeira.

O território, constituído por meio das contradições entre classes, expressa, inevitavelmente, interesses distintos. Isso implica dizer que o processo de territorialização do campesinato difere do processo de territorialização do capital.



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

No caso do primeiro, a finalidade do território, que pode ser entendida como as formas de apropriação da terra, é a conquista da possibilidade do trabalho. Para o segundo, o domínio do território tem com objetivo a extração da renda e do lucro.

O desenvolvimento de estratégias que visam a ocupação de terras é a principal maneira pela qual os camponeses tem conquistado sua territorialização. É nas formas de luta pela terra que o camponês gera a condição para a construção de sua territorialidade.

A possibilidade de acesso a terra por meio da construção dos assentamentos rurais tem sido uma importante estratégia camponesa de disputa com as classes dominantes. Entendendo o território camponês como resultante do enfrentamento entre o campesinato e as classes hegemônicas, compreende-se que no caso do Assentamento Amaralina esse processo é consolidado, pois o confronto presente naquela propriedade capitalista gerou a construção de um território, cuja finalidade foi instauração de uma terra para o trabalho.

O Assentamento Amaralina possui uma área de 2.700 hectares e localiza-se no município de Vitória da Conquista/BA. As terras que se tornaram por meio do conflito o assentamento referido constituíam parte da Fazenda Santa Marta.

A Santa Marta foi adquirida por um grupo de bancários Armênios, na década de 1950 (VASCONCELOS, 2007). A instalação desse grupo de empresários na região visava a captura de recursos da extinta Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE).

De acordo com a pesquisa realizada, ficou evidente que, como tal grupo empresarial não consegue quitar as dívidas decorrentes da utilização de recursos públicos, a mesma adquiriu uma dívida com o Estado. Assim, as terras da fazenda passam para domínio estatal se incorporando ao Plano Nacional de Reforma Agrária (SOUZA, 2008) e, em 1987, culminam na criação do Projeto Amaralina.

O processo de ocupação da fazenda Santa Marta ocorreu por parte de famílias camponesas sem terra e trabalhadores da cidade e do campo que buscavam condições melhores de reprodução da vida.



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

Durante o período de ocupação, esses sujeitos enfrentaram diversas dificuldades. A falta de água, energia e infraestrutura foram privações que fizeram parte do conflito pela terra:

Quando a gente chegou aqui era muito difícil. Não tinha estrada, não tinha água, não tinha energia, não tinha nada. Nós viemos para cá, a gente ficou debaixo de um barraquinho de lona. [...] Todo mundo entrou, aí fizeram uns barracos, não fizeram os barracos juntos não, fizeram tudo afastado. Aqui mesmo onde a gente fez nosso barraco tinha algumas pessoas perto umas das outras. [...] Foi uns dois anos mais ou menos. Não foi pouco tempo não. Porque quando a gente está debaixo de um barraco de lona, quando era calor, era calor mesmo, só faltava sufocar. Quando era frio, a gente só faltava congelar. Quando o sol estava quente, era preciso ir para fora para procurar uma sombra debaixo de um pé de árvore para refrescar. E foi assim, quando a gente veio pra cá [...] (Depoimento de E. P. S. A.- Camponesa, residente no Assentamento do Amaralina, Vitória da Conquista/BA).

Cerca de 200 famílias se envolveram nesse processo de luta. Conforme apontado na pesquisa de campo, esses sujeitos contaram com a ajuda de pessoas que participavam do Partido Comunista Brasileiro (PCB), Partido dos Trabalhadores (PT), Comissão Pastoral da Terra (CPT), sindicatos e Central Única dos Trabalhadores (CUT). Toda a articulação para a efetivação da ocupação desses sujeitos nas terras da referida fazenda partiu de movimentos e pessoas ligadas aos enfrentamentos por terra e trabalho.

A atuação de entidades e movimentos sociais na questão agrária em favor da criação de assentamentos é considerada, segundo Roos e Fabrini (2012), como “a forma mais eficiente de resistência” camponesa (p. 38). No assentamento em questão, a participação das entidades referidas foi fundamental, não só no início, mas como também para a permanência desses assentados após a conquista da terra:

Mas [na ocupação] foi muito difícil no começo. O pessoal da igreja ajudou muito. O pessoal do sindicato. Aí depois [...] entrou o



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

pessoal do movimento. Aí nós estamos na luta (Depoimento de E. P. S. A.- Camponesa, residente no Assentamento do Amaralina, Vitória da Conquista/BA).

Embora o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) tenha iniciado sua participação no Assentamento Amaralina após o processo de ocupação, a ajuda deste movimento, tanto quanto das demais entidades foi importantíssima para a organização do campesinato.

A ocupação ocorreu no dia 20 de agosto de 1987. Contudo, o decreto de desapropriação foi concedido anteriormente, no dia 15 de julho de 1987. Após a imissão de posse do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) no dia 01 de outubro de 1998, as terras ocupadas foram destinadas ao projeto de assentamento.

Um evidente processo de articulação pelo direito ao trabalho e pela conquista da terra norteou o processo de ocupação. Tal fato é evidenciado pela atuação das pessoas ligadas as entidades no sentido de organizar os trabalhadores sem-terra para solapar a concretização de um projeto de cunho político-eleitoreiro que está diametralmente oposto aos anseios dos sujeitos que lutam por um território de reprodução da vida:

[...] havia também ali, antes do processo de ocupação, o intuito de um projeto de desapropriação de cunho político-eleitoreiro, envolvendo uma articulação dos poderes federal, estadual e municipal; mas os trabalhadores sem-terra, de posse da informação, se organizaram e realizaram a ocupação. Como o decreto de desapropriação já estava em curso, estas famílias conseguiram permanecer na área, transformando-se em assentados rurais em projeto de reforma agrária (SOUZA, 2008, p. 471).

Com a desapropriação já em curso, os camponeses conquistam a terra pelo enfrentamento. Foram assentadas 131 famílias em uma área com cerca de 2.700 hectares. O tamanho dos lotes concedidos às famílias possui uma área de 20



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

hectares, sendo que 10 hectares são para o uso coletivo e 10 hectares para utilização individual.

O assentamento foi dividido em 7 grupos: Grupo Goiabeira, com 21 famílias assentadas; Grupo São João, com 27 famílias assentadas; Grupo Boa Esperança, com 22 famílias assentadas; Grupo Santa Marta, com 13 famílias assentadas; Grupo Landin, com 10 famílias assentadas; Grupo Canaã, com 11 famílias assentadas e Grupo Baixa da Fartura, com 27 famílias assentadas. As demais áreas foram destinadas a espaços de reserva, edificação de casas e área de produção coletiva.

Mesmo com a construção do assentamento e a constituição de um território camponês, muitas outras dificuldades foram enfrentadas por esses sujeitos. A destruição das plantações nos lotes dos assentados devido a presença de animais (gado) de fazendeiros da região, a falta de condições mínimas (água, comida) para a permanência das famílias nos lotes, a constante pressão de compradores das unidades produtivas devido à proximidade das terras da área urbana foram alguns dos conflitos enfrentados pelos assentados (SOUZA, 2008).

Atualmente, em termos de infraestrutura, o assentamento conta com cinco escolas e uma sala de aula no grupo Canaã. Existe transporte coletivo que atende aos assentamentos regularmente. Água e energia elétrica também são fornecidas nas residências. No entanto, mesmo sendo o assentamento mais antigo da região, ainda não existe posto de saúde para o atendimento das famílias.

Apesar de muitas dificuldades superadas, a disputa com os compradores de terras é problema presente no assentamento. Segundo entrevistas realizadas com o coordenador geral do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e com o dirigente da Associação de Famílias Assentadas do P/Amaralina (AFAPA), esse processo teve início logo após o assentamento dos sujeitos. Das 131 famílias contempladas inicialmente, cerca de 40 venderam suas unidades produtivas:

No princípio teve a venda de lotes. Com essa venda de lote é que trouxe o maior problema aqui para o assentamento. Porque essa terra não pode ser comercializada, porque a terra da união não



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

pode comercializar. Aí eles pegaram, venderam, e venderam a troco de nada e foram para a cidade. (M. A. S. - Coordenador do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra).

Em 1994, o INCRA enviou uma equipe que expulsou os compradores no mesmo ano. Nas terras então desapropriadas, foram assentadas outras 32 famílias. Os compradores, no entanto recorreram a práticas violentas com a finalidade de reaver as terras, inclusive com a utilização de armas de fogo para ameaçar as famílias:

Então dessas 32 famílias, aí o INCRA assentou, eles receberam o projeto do governo. Quando eles aplicaram o projeto na terra, foi quando os compradores reuniram e queriam retornar de novo. Foi uma quebra de milho danada. Famílias casadas, gente que até hoje, quando lembra, chora. Botaram crianças para deitar no chão e atiraram perto do ouvido das crianças. Assombraram bastante criança aqui dentro. Aí essas 32 famílias, hoje se encontra apenas 10 dentro do assentamento. Só 10 famílias que receberam dos 32. [...]Daí eles tiraram o pessoal, essas pessoas perderam os projetos, perderam tudo. Pessoas perderam todos os seus animais, pessoas que perderam todos os seus documentos, tiveram que tirar tudo de novo. Pessoas que só saíram com a roupa do corpo, porque não deu tempo para eles pegarem, se não, se tivessem pegado, não tinha sobrado nem os ossos. (M. A. S. - Coordenador do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra).

A intensa violência que as famílias camponesas foram submetidas levou grande parte delas a abandonarem os lotes do assentamento. Conforme apontado na entrevista, somente dez famílias reassentadas pelo INCRA permaneceram na unidade produtiva. Não se tem conhecimento que tais atos praticados tenham sido punidos, tanto os atos de violência quanto a compra ilegal de terras do assentamento. Como grande parte dos compradores retornou, o processo está em tramite aguardando decisão judicial.

O retorno dos compradores de lotes expressa de maneira concreta a disputa de interesses presentes no assentamento que coloca os assentados, o INCRA e os compradores em uma evidente contradição. Para os camponeses, a



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

comercialização de terras enfraquece os ideais presentes no ato político de ocupação e conquista de assentamentos.

Ressalta-se que o papel do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) contra a compra ilegal de lotes foi fundamental para ajudar os assentados a organizarem formas de enfrentamento. Esse movimento começa atuar no Amaralina no período em que se cria a Regional Sudoeste, auxiliando e organizando diversas frentes de luta pela terra na região (SOUZA, 2008).

São diversos as dificuldades e conflitos enfrentados pelos camponeses do Assentamento Amaralina. O enfrentamento de classes que ali gerou o território camponês traz como característica do seu processo histórico de ocupação as disputas que evidenciam diferentes interesses nas formas de apropriação da terra do campesinato e dos compradores de lotes. O território Amaralina é, portanto, produto das contradições provenientes da relação *capital versus* trabalho.

CONCLUSÕES

O estudo da reprodução social campesina do Assentamento Amaralina no município de Vitória da Conquista/BA buscou compreender como os conflitos pela terra realizados pelos assentados viabilizou a conquista de um território livre.

A inserção da monocultura cafeeira na Região Sudoeste da Bahia marcou o início de frentes de luta pela terra e pelo trabalho. Tais conflitos evidenciam as estratégias de resistência e recriação camponesa visando, sobretudo a aquisição de uma terra para trabalho que é condição fundamental para a sobrevivência das famílias campesinas oriundas da periferia do município de Vitória da Conquista/BA.

Entende-se que o Assentamento Amaralina é a materialização de um território camponês. As lutas pela entrada e permanência na terra evidenciada na ocupação da Fazenda Santa Marta corroboram que o campo brasileiro é marcado pelo embate entre classes sociais antagônicas. O assentamento em estudo é



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

produto da luta de camponeses e trabalhadores contra a lógica de acumulação do capital expressa na expansão do café.

REFERÊNCIAS

- Blog Ruy Medeiros – Disponível em <<http://ruymedeiros.blogspot.com.br/2012/05/greve-dos-trabalhadores-na-cultura-do.html>>. Acesso em: 23 de junho de 2014.
- FIALHO, Aline Fialho. **A questão da sobrevivência e permanência dos assentados do Projeto Casulo de Vitória da Conquista/BA**: um estudo da mobilidade do trabalho e reprodução camponesa. 2012. 94f. Monografia (Graduação em Geografia), Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, UESB, Vitória da Conquista, 2012.
- FIALHO, Aline Fialho. **Reprodução camponesa e a mobilidade do trabalho**: a questão da permanência no assentamento Amaralina de Vitória da Conquista- BA. 2014. 92f. Monografia (Especialização em Geografia), Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, UESB, Vitória da Conquista, 2014.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária**. 1. ed. São Paulo: Labur Edições, 2007.
- OLIVEIRA, Ariovaldo, Umbelino de. A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri. (org.). **Novos caminhos da geografia**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2002.
- OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à Razão Dualista – o Ornitorrinco**. 1. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.
- ROSS, Djoni; FABRINI, João Edmilson. Assentamento Celso Furtado: da conquista da terra às formas de resistência do território camponês. In: **Rev. Pegada**, v. 13, n. 1 Jun., 2012. Disponível em <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/1153/1894>>. Acesso em: 23 de junho de 2014.
- SOUZA, Suzane Tosta. **Da Negação ao discurso “hegemônico” do capital à atualidade da luta de classes no campo brasileiro. Camponeses em luta pelo/no território no sudoeste da Bahia**. 2008. 718f. Tese (Doutorado em Geografia), NPGeo/Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2008.
- VASCONCELOS, Maria Madalena Noronha de. **Dos antecedentes do PNRA à produção e gestão do espaço no Projeto de Assentamento Amaralina - Vitória da Conquista**: (Uma fonte de cobiça). 2007. 157f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.